



**PROGRAMA REUNI:  
uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel**

Maria da Graça Gomes Ramos\*

**RESUMO**

O presente estudo propõe-se a investigar, a partir da implantação do Reuni (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais) na Universidade Federal de Pelotas, como se configura a evasão no contexto dessa instituição. Para alcançar o propósito, o estudo faz uso de documentos de abrangência nacional e institucional e de entrevistas com representantes institucionais. Os resultados da investigação apontam que o cenário da UFPel não se diferencia do nacional: houve a expansão no ensino de graduação, mas o percentual de evasão nos cursos é significativo. Evidenciam que as políticas focadas nas oportunidades de acesso ao ensino superior são necessárias, mas não suficientes para a permanência do aluno na universidade e para uma democratização efetiva do acesso a esse nível de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Reuni. Políticas de Permanência. Evasão.

**1 INTRODUÇÃO**

Um dos atuais desafios que se apresenta para a educação superior brasileira é a qualidade e, associados à ela, a expansão do ensino superior e evasão, os quais demandam por políticas e ações governamentais capazes de darem conta da expansão da universidade pública resguardando a qualidade de seus cursos.

A implementação de políticas e programas de promoção do acesso das classes populares ao ensino superior buscando reduzir as desigualdades sociais, têm apresentado

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU-Ipesq/UFPel). E-mail: [mggramos@gmail.com](mailto:mggramos@gmail.com).

avanços no que diz respeito ao processo de democratização desse nível de ensino. O país busca resgatar uma dívida com as classes menos privilegiadas com relação à educação, originada em grande parte, das desigualdades históricas da sociedade brasileira. Entretanto, esses avanços não consistem em aumento significativo da população da faixa etária que deveria estar cursando o ensino superior, embora essas políticas venham contribuindo com a presença de uma maior diversidade de estudantes.

O governo brasileiro colocou em prática várias ações e políticas públicas para sustentarem e legitimarem uma reforma da educação superior, intensificando a expansão da oferta desse nível de ensino e buscando colocar em outro patamar o conceito público de universidade.

Um dos marcos das políticas públicas educacionais implementadas, foi o Reuni (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais) que se instituiu como uma forma de expansão e democratização do ensino superior no país.

No entanto, os resultados gerais do programa Reuni tem recebido muitas críticas, pois são questionados os investimentos públicos aplicados nas Instituições Federais de Ensino Superior, que levaram ao crescimento do número de vagas e matrículas nessas instituições, mas no entanto, não garantiram uma redução expressiva da evasão. Embora o referido programa tenha levado a expansão de matrículas no ensino superior, há grande preocupação por parte de estudiosos da área, quanto à permanência dos discentes na universidade.

É notório que as políticas e ações governamentais, dos últimos anos vêm mostrando mudanças no Ensino Superior, com um aumento do número de vagas nas universidades tanto públicas quanto privadas. Porém essa expansão torna necessário uma reflexão acerca da permanência dos estudantes no Ensino Superior, visto que, a evasão neste segmento, possui números significativos.

Nessa perspectiva, o presente estudo, inserido no contexto dos estudos com foco na Educação Superior realizados por uma rede de pesquisadores no âmbito do GEU/UFRGS<sup>1</sup>, o qual é vinculado aos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta alguns resultados da implementação do Reuni no contexto da Universidade Federal de Pelotas. Traz algumas reflexões sobre as taxas de evasão e ações da UFPel para contribuir com a permanência dos acadêmicos na universidade. Os

---

<sup>1</sup> A Rede GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade) congrega o GEU-Ipesq (Universidade, Pesquisa e Inovação) da UFRGS (Porto Alegre – RS), e mais dois GEUs da mesma instituição: o GEU- Edu/Inovação e o GEU- Sociologia; o GEU-UPF (Passo Fundo- RS) e o GEU- Ipesq/UFPel (Pelotas – RS)

dados aqui sistematizados integram o relatório da pesquisa: A Educação Superior e os desafios contemporâneos, contemplado com financiamento do Observatório da Educação, edital n. 38/2010/CAPES/INEP, bem como trabalhos apresentados em eventos científicos.

O foco principal do estudo reside na esfera da evasão, pois esse é um dos problemas que aflige as instituições de ensino em geral, afetando o resultado do sistema educacional brasileiro, provocando desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos investidos sem o devido retorno e no setor privado, é uma importante perda de receitas. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais, embora sejam raras as instituições de ensino superior que possuem um programa institucionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações e acompanhamento de resultados.

Inicialmente o estudo faz uma abordagem sobre algumas políticas públicas de acesso ao ensino superior, seguida de uma aproximação com a temática da evasão, contextualizando essa questão no âmbito da UFPel.

## **2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

O processo de expansão e mudanças das instituições de ensino superior nas últimas décadas resultaram num sistema complexo e diversificado, que levaram o poder público a estabelecer dispositivos legais visando reconfigurar e reformular a política de educação superior.

A aprovação em 2001, do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172 de 2001), foi um momento importante, pois entre seus objetivos constava: a elevação global do nível de escolaridade da população, melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública (BRASIL, 2001).

O Ministério da Educação/MEC, na intenção de democratizar o acesso ao ensino superior e de inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional, a partir de 2003, desencadeia um processo de reforma da educação superior, denominado por Universidade do século XXI. O processo de reforma estava orientado em torno de três objetivos: refinanciar a universidade pública; transformar a universidade pública em referência para toda educação superior e estabelecer nova regulação para os sistemas público e privado (CORBUCCI, 2004).

Uma das primeiras iniciativas do programa de reforma do educação superior foi o programa universidade para todos (PROUNI), criado através da Lei no 11.096, de 13 de

janeiro de 2005. Através da valorização do mérito do estudante, o programa tem o objetivo de contribuir para ampliar o acesso a educação superior daqueles que pelas vias regulares, dificilmente teriam acesso a essa formação. Trata-se de programa de concessão de bolsas de estudo fornecidas integral ou parcialmente a candidatos oriundos de escola pública, selecionados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) considerando sua classificação nesse exame, aliado ao seu perfil socioeconômico. A relevância social do PROUNI sustenta-se no propósito de atender, de forma geral, estudantes desprovidos de recursos financeiros ou pertencentes a um determinado grupo étnico.

Desse modo, pode-se dizer que o PROUNI não deixa de ser uma redistribuição indireta de renda, ainda que tímida, ao transferir recursos de isenção fiscal à estratos populacionais mais pobres, uma vez que esses recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais.

No sentido de assegurar o preenchimento de parte das vagas ofertadas pelo setor privado, foi criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado a alunos com certo nível de insuficiência econômica. O FIES é um programa do MEC, que substituiu o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC). É destinado a financiar o ensino de graduação de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação, matriculados em instituições não gratuitas e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2001).

A partir do governo Lula evidencia-se maiores esforços em direção à expansão e democratização do acesso ao ensino superior. Há uma valorização do ensino público, através da institucionalização de programas e políticas.

As políticas propostas pelo governo configuravam uma preocupação de corrigir o caráter elitista do ensino superior público, tornando a graduação mais acessível àqueles de menor poder aquisitivo, através da oferta de cursos noturnos e da criação de novos estabelecimentos em um número maior de cidades. A partir do ano de 2003, foram criadas 14 novas universidades federais e mais de 100 campi nas novas e antigas universidades o que possibilitou a criação de novos cursos de graduação, ampliação de vagas e maior interiorização do setor público.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Seu objetivo era o aumento da qualidade dos cursos, a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos

humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. O Programa também teve como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor, ao final de cinco anos (ANDIFES, 2010).

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), também tinha como principal objetivo a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, além da questão da mobilidade estudantil, pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, que se constitui em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, objeto de valorização na formação universitária.

## 2. 1 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

No cenário brasileiro, há uma crescente procura por cursos superiores, porém, apesar dessa procura, observa-se que muitos alunos abandonam a universidade antes de se formarem. Estudos sobre evasão nas instituições de educação superior apontam como um dos fatores predominantes, a condição financeira para arcar com os custos referentes ao ensino superior. A presença da evasão sem dúvida, é um fato prejudicial à sociedade, em virtude das vagas que deixam de ser ocupadas por outros alunos, bem como, pelo custo envolvido na disponibilidade de vagas não devidamente aproveitadas.

Os estudos sobre evasão apontam que esse fenômeno pode ser resultado de uma decisão do aluno, claramente associada com o significado do conceito, ou pode ser consequência de fatores escolares, socioeconômicos e pessoais, entendido no caso dos dois primeiros fatores, mais como exclusão do que propriamente evasão.

Os dados do censo da educação superior mostram que de 2008 para 2009, uma média de 20,9% do universo de alunos abandonaram a universidade. Nas instituições públicas, 10,5% dos estudantes largaram os cursos e nas particulares esse percentual chega a 24,5%. A média da evasão no país em 2009 foi de 20,9%, segundo o censo do MEC/INEP, revelando que apenas 47,2% dos estudantes se titularam após quatro anos de curso (INEP, 2010).

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos (FONAPRACE), realizou uma pesquisa nacional sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino superior no período 2003/2004, visando traçar diretrizes para programas e projetos de assistência a serem desenvolvidos por essas

instituições. A pesquisa mostrou que para muitos alunos a necessidade de moradia e de Restaurante Universitário (RU) eram fatores importantes para a manutenção dos mesmos na universidade e concluírem seus estudos (ANDRÉS, 2011).

Esse cenário vem evidenciar que além do aumento do número de vagas e do acesso diferenciado no ensino superior, são necessárias políticas que contribuam para a permanência do aluno no ensino universitário.

Desse modo, políticas de combate à evasão, passam a compor a agenda do Estado Brasileiro.

O Decreto no 7.234, de 2007, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de apoiar alunos carentes das instituições federais de ensino superior, buscando promover a sua permanência na educação superior pública federal ( MEC, 2012).

Este plano tem por intuito proporcionar subsídios para a permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação, buscando a democratização na educação superior. Prevê auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico. Reconhece a importância da assistência estudantil, como um fator que pode contribuir para diminuir a desigualdade social e possibilitar a democratização da universidade (MEC, 2013) .

Desse modo, para que a educação possa contribuir, de fato, na redução das desigualdades sociais, tornam-se necessárias políticas ativas de financiamento que favoreçam o rompimento do círculo vicioso entre educação e renda, que se estabelece de forma tão marcante na sociedade brasileira.

Acredita-se que, o processo de ampliação do acesso ao ensino superior, a partir da criação de novas universidades, de novas vagas nas universidades existentes e outras ações, contribuíram para a entrada de um novo perfil de estudante nas universidades federais brasileiras, o que torna indispensável a assistência estudantil, de modo a garantir condições de permanência dos novos acadêmicos neste grau de ensino. Se não houver a garantia paralela para que os ingressantes na universidade possam participar ativamente da vida universitária e concluir seus cursos de graduação, de nada adianta a inclusão de alunos de baixa renda.

Segundo Neves (2012), os investimentos públicos nas instituições federais proveniente das políticas recentes serviram para que ocorresse um aumento expressivo do número de instituições de educação superior públicas, sobretudo, para um crescimento do número de vagas e matrículas iniciais nessas instituições. No entanto, não garantiram, até agora, uma redução expressiva da evasão.

É complexo definir evasão, pois existem diversos tipos e diversas causas da mesma. No ensino superior a evasão pode ser classificada em três tipos: evasão de curso, quando o estudante desliga-se do curso de origem sem concluí-lo, consistindo no abandono, desistência, trancamento ou exclusão por norma institucional. Ou ainda, quando o aluno através de transferência interna ou aprovação no vestibular migra para outro curso na mesma instituição; evasão de instituição, quando ele abandona a IES na qual está matriculado utilizando-se de transferência externa ou aprovação no vestibular para frequentar curso em outra instituição; e evasão de sistema quando o aluno se ausenta, desiste de forma permanente ou temporária da academia (BRASIL, 1997).

Ao se estudar a evasão no âmbito interno de uma IES, com base em seus dados, é possível realizar um estudo mais detalhado que possibilita institucionalizar um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência) e, a partir daí, buscar formas de combater a evasão com fundamento nos resultados.

De acordo com Biazus (2004) os fatores determinantes da evasão discente se manifestam em graus distintos nos mais variados cursos das instituições de ensino superior, não havendo uma lógica uniforme entre os mesmos. Esses fatores estão relacionados à características individuais que dizem respeito à vocação e outros aspectos de ordem pessoal e a fatores internos das IES como recursos humanos, esfera didático-pedagógica e infraestrutura, bem como aos externos que correspondem ao âmbito sócio-político-econômico.

Outra razão para a evasão pode ser o prestígio da profissão escolhida, pois algumas profissões não possuem muito prestígio social e estão vinculadas a salários menores e a falta de garantia de emprego. Estudantes que ingressam nessas carreiras têm maior probabilidade de optar pela evasão.

Para Gaioso (2005), um dos fatores relacionado à evasão, diz respeito ao fato do acadêmico entrar no ensino superior visando melhores condições de vida e realização profissional. O aluno ao perceber que o curso escolhido não contemplará suas expectativas, pode sentir-se desmotivado e, como consequência, virá a evasão.

A diversificação que ocorreu com as instituições de ensino superior e com os cursos de graduação levou a diferentes formas de acesso à educação superior, conduzindo os acadêmicos para diferentes instituições e diferentes cursos, decorrente das reais condições desses alunos em termos de capital econômico e cultural.

Nesse sentido, Gisi (2006) aponta como um dos fatores responsáveis pela evasão, a

falta do capital cultural, além da falta de recursos para dar continuidade aos estudos, ao longo da trajetória de vida e de estudos. Destaca que essa desigualdade cultural vem desde a educação básica, quando a maioria desses alunos iniciou seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades com relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade.

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Como proposta investigativa optou-se pela abordagem qualitativa de cunho descritivo. Foram utilizados como fonte de dados documentos oficiais tais como bancos de dados do INEP, documentos de natureza institucional como relatórios de gestão dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, período de vigência do Reuni (2008-2012), dados do DRA/PRG (Departamento de Registros Acadêmicos da Pró-reitoria de Graduação) e do Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos (CGIC), informativos e outros materiais associados ao foco do estudo, bem como, informações disponibilizadas no site da instituição. A consulta de documentos foi uma das grandes fontes do processo de investigação. Nos documentos de natureza diversa, ainda sem tratamento analítico, buscou-se interpretações que dessem conta da proposta do estudo, sem esquecer que os mesmos são parte de um determinado contexto histórico, econômico e social e retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Através dos documentos consultados foi possível mapear as propostas/programas institucionais buscando comparar os propósitos traçados pelas políticas internas e ações para a implementação do Reuni, com as propostas nacionais.

Na tentativa de compreender as políticas e ações implantadas na UFPel que facilitam a permanência dos alunos na universidade buscou-se investigar através de entrevistas com gestores e representantes institucionais, as dificuldades e os avanços ainda necessários.

Para os dados qualitativos, utilizou-se a análise de conteúdo, na perspectiva apontada por Bardin (2009), que procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, buscando atingir outras realidades através das mensagens.

Com os dados numéricos obtidos junto ao DRA e CGIC foram elaboradas planilhas e com base nesses dados quantitativos, foram realizadas análises percentuais cujos resultados apresentam-se organizados e sistematizados em forma de gráficos.

No processo de condução da pesquisa assumiu-se as contribuições de Almeida e Pinto (1995) que argumentam, que todas as fases e operações desse processo estão relacionadas necessariamente com a teoria, que lhes confere sentido e delimita as

potencialidades explicativas.

Por sua vez, Bogdan e Biklen (2013) enfatizam que as diferentes perspectivas teóricas do investigador e as ideias por ele partilhadas sobre a questão em estudo, modelam a forma como aborda, considera e dá sentido aos dados, deixando claro que a análise surge também das expectativas que o pesquisador possui e daquilo que ele considera suficientemente importante analisar. Portanto, esses autores serviram de lente para iluminar o nosso olhar durante todo o processo de investigação.

#### **4 CENÁRIO INVESTIGADO: Universidade Federal de Pelotas/UFPEL**

A Universidade Federal de Pelotas está localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do estado. Foi criada, há 45 anos, pelo decreto-lei número 750, de 8 de agosto de 1969, a partir da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (composta pela centenária Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e a Faculdade de Ciências Domésticas) e da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além da agregação de unidades particulares de ensino superior, também já existentes na cidade. Teve seu estatuto aprovado pelo Decreto lei número 65.881 de 16 de dezembro de 1969.

Após a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento, a universidade começou a criar sua identidade, conforme o seu Regimento geral, onde consta como objetivos fundamentais da Instituição a educação, pesquisa e formação profissional, além do desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico. Desde a sua criação, a UFPel vem buscando sempre novas formas de oportunizar o acesso à educação pública a centenas de jovens e adultos e de contribuir para a melhoria geral das condições econômicas, sociais e culturais da região, investindo no ensino, na pesquisa e na extensão.

A UFPel apresenta como missão promover a formação integral e permanente do cidadão, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida e com a construção da sociedade (UFPEL, 2011).

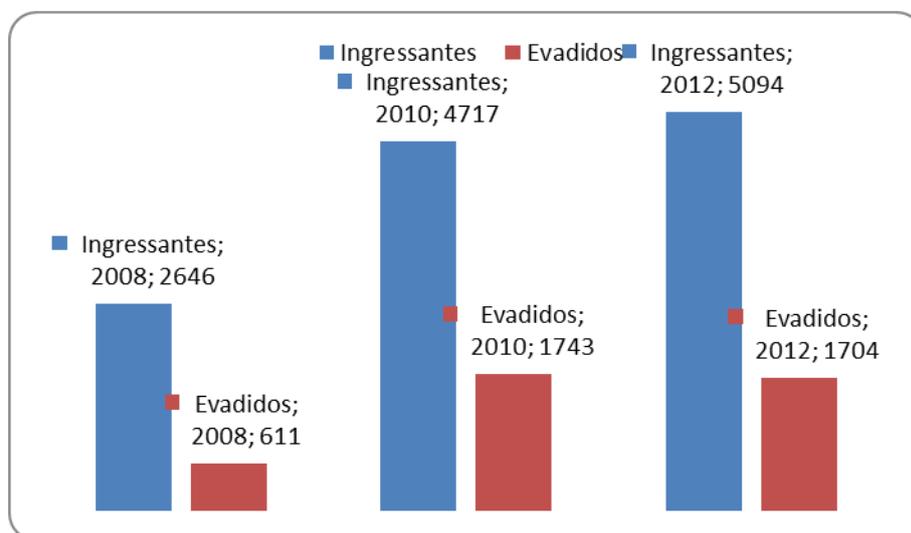
Atualmente a Universidade conta com 4 *Campus*: *Campus* do Capão do Leão, *Campus* da Saúde, *Campus* das Ciências Sociais e o *Campus* Porto, onde está instalada a Reitoria e unidades acadêmicas.

Desde a sua adesão, em 2007, ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFPel vem registrando expressivos avanços, que se configuram através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, propondo-se a dobrar o número de alunos matriculados nos mais diversos cursos no período 2008-2012.

Os dados levantados junto à instituição mostram que em 2012 o número de alunos de graduação em regime presencial na UFPel, aproximava-se de 15 mil (UFPel, 2012), enquanto que no ano de 2007 abrangia aproximadamente 8 mil alunos, que a instituição ultrapassou o número de cursos almejados criando um total de 48 cursos novos. Desse total, 19 cursos são noturnos representando (39,6%) e 29 (60,4%) são diurnos.

Quando sinalizamos a expansão como um dos indicadores de mudanças na estrutura do ensino superior, não podemos deixar de considerar a evasão como um dos problemas gerados no seio das universidades brasileiras. Na UFPel o fenômeno da expansão também veio acompanhado da evasão e neste sentido apresentamos a seguir o detalhamento desse contexto.

**Gráfico 1** – Alunos ingressantes e alunos evadidos nos cursos de Graduação da UFPel



**Fonte:** Pesquisa direta, 2012

O gráfico 1, traz os dados gerais da UFPel quanto aos estudantes ingressantes e evadidos nos anos de 2008, correspondendo ao início do Reuni; 2010, correspondendo ao início do ingresso na Universidade pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC); e no ano de 2012, correspondendo a previsão final do programa Reuni.

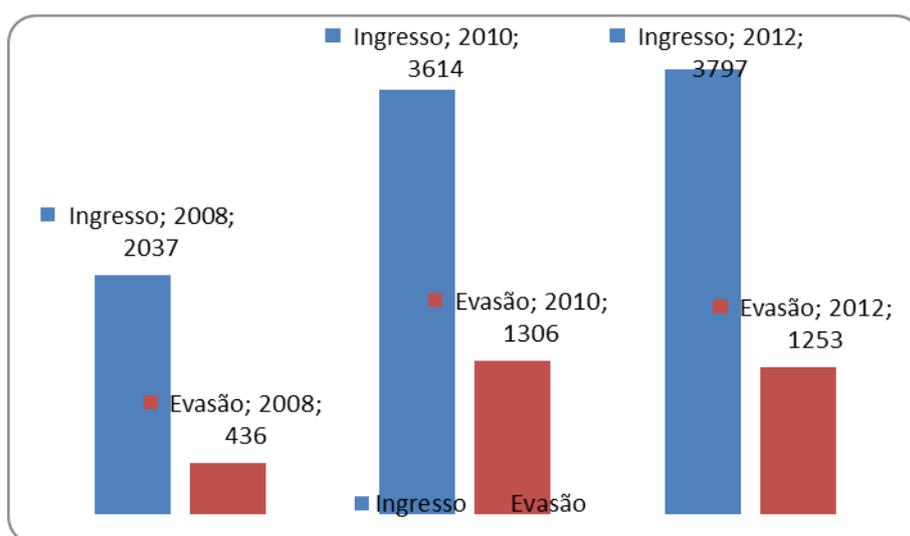
No ano de 2008, percebemos que ingressaram na UFPel (2646) alunos e desse total, 23% (611) evadiram. Já no ano de 2010, o número de ingressantes praticamente dobrou,

corroborando com um dos objetivos do Reuni, ou seja, o acesso do maior número de pessoas ao Ensino Superior. Neste ano ingressaram na Universidade, 4717 estudantes, sendo que o número de evadidos (1743) foi de quase três vezes mais que no ano de 2008. Entretanto se comparado esse número de evadidos ao número de ingressantes, esse percentual alcança 36%. No ano de 2012, o número de ingressantes, foi maior ainda que nos anos anteriores, perfazendo um total de 5094 estudantes, e o percentual de evadidos em relação ao número de ingressantes foi inferior ao ano de 2010, porém superior ao ano de 2008, cerca de 33%. Embora os percentuais de evasão possam ser considerados significativos, não possibilitam afirmar que esses números referem-se à evasão da instituição UFPel ou do sistema de ensino superior, pois os dados dizem respeito apenas a evasão de curso, o que pode significar que o aluno apenas transferiu-se para outro curso da própria UFPel.

Dados da ANDIFES (2011) apontam que o índice de trancamento de matrículas no ensino superior brasileiro ocorre por insatisfação com o curso, por motivos de saúde e por motivos financeiros, entre outros, destacando que o trancamento de matrícula por insatisfação com o curso é maior nas classes A e B, enquanto por impedimento financeiro é maior nas classes C, D e E.

Procurou-se realizar uma diferenciação do processo de evasão entre os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos. Desse modo apresentamos a seguir como se apresenta o índice de evasão nos cursos de bacharelado da UFPel.

**Gráfico 2** – Alunos ingressantes e alunos evadidos nos cursos de Bacharelado da UFPEL

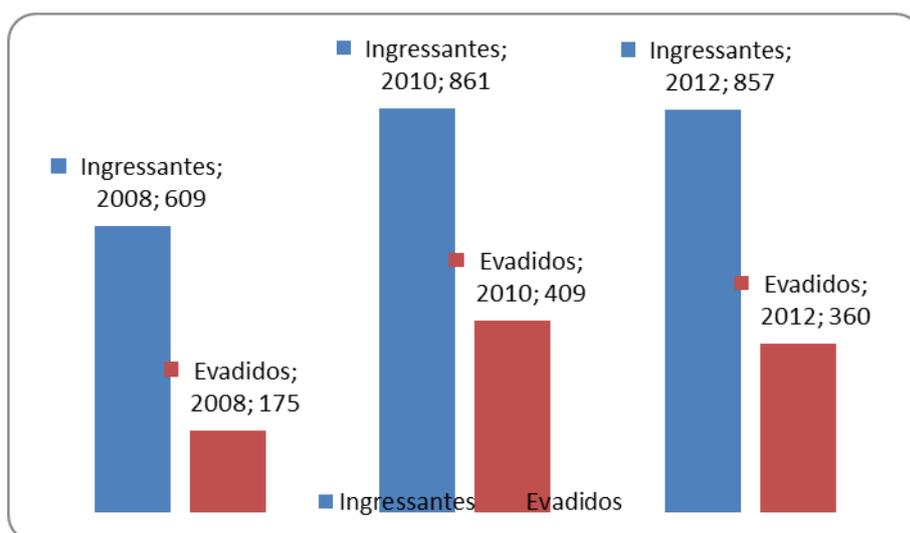


**Fonte:** Pesquisa direta, 2012

Conforme observa-se no gráfico 2, o número de alunos ingressantes e de evadidos nos cursos de bacharelado aumentou do ano de 2008, data da implantação do programa Reuni,

para o ano de 2010, quando a UFPel fez adesão ao SISU (Sistema de Seleção Unificada). O percentual de evadidos em relação aos ingressantes passou de aproximadamente 21%, para 36%. No ano de 2012 o percentual de evadidos foi de 32%. O crescimento da evasão nos cursos de bacharelado pode estar associado pela forma de ingresso na UFPel que aderiu 100% ao SISU. O que se observou na UFPel, com a adesão ao SISU, é que muitas vezes o estudante faz a escolha de matricular-se em um curso, pela chance de ingressar no ensino superior, pois muitas vezes o curso escolhido não consiste na sua primeira opção, ou seja, seu objetivo principal. Isso leva na maioria das vezes ao futuro abandono de curso. Outra situação observada no contexto da instituição, é que esse mesmo aluno consegue média para ingressar, num segundo momento, no curso escolhido em primeira opção em outra IES pública, e acaba desligando-se da UFPel, mas não do ensino de graduação.

**Gráfico 3** – Alunos ingressantes e alunos evadidos por ano nos cursos de licenciatura da UFPel



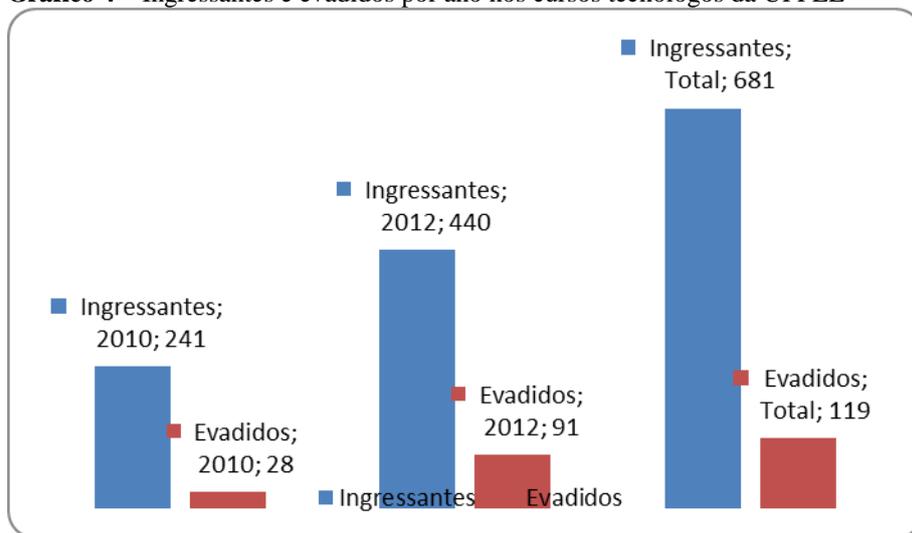
**Fonte:** Pesquisa direta, 2012.

Quando analisamos especificamente o ingresso e a evasão nos cursos de licenciatura da UFPel ou seja, voltados exclusivamente para a formação de professores (Gráfico 3), no ano de 2008, o percentual de estudantes evadidos em relação aos ingressantes foi de aproximadamente 28%. No ano de 2010, esse percentual subiu substancialmente passando para 47%. Já no ano de 2012, o percentual de evadidos foi de 42%. Ao se comparar esses percentuais de evasão com os percentuais apresentados pelos cursos de bacharelado, observa-se que a evasão é maior nos cursos de licenciatura, ao longo do período avaliado.

Uma possível explicação para o fato, diz respeito ao mercado de trabalho, onde a remuneração do profissional com título de bacharel, por vezes é superior ao licenciado, que apesar da vantagem da estabilidade profissional, quando vinculado ao serviço público, sofre

com a compensação financeira. Isso é corroborado por Santos (2001), ao colocar que entre os fatores que podem influenciar o ato de evasão, estão as oportunidades profissionais. Do mesmo modo, Leppel (2005), argumenta, que estudantes que esperam ser bem-sucedidos avaliam o curso, muitas vezes, pelas possibilidades de ganhos futuros.

**Gráfico 4** – Ingressantes e evadidos por ano nos cursos tecnológicos da UFPEL



Fonte: UFPEL, 2012.

Os cursos de tecnólogo foram criados na UFPEL a partir de 2010, buscando atender a demanda do mercado, sobretudo devido ao rápido avanço tecnológico pelo qual a sociedade tem passado.

O gráfico 4 mostra o número de ingressantes e evadidos nos cursos de nível tecnológico, onde destaca-se que, em 2010 o percentual de evadidos foi de aproximadamente 11%, chegando a 20% no ano de 2012.

A evasão nesses cursos, quando comparada aos cursos de bacharelado e licenciatura, é bastante inferior. Talvez isso possa ser explicado pela configuração dos cursos, que buscam formar profissionais para áreas específicas, com um currículo mais enxuto e direcionado especificamente para as necessidades do mercado. Isso pode estar contribuindo para a permanência dos acadêmicos na universidade.

#### 4.1 AÇÕES DA UFPEL VISANDO A PERMANÊNCIA DOS ACADÊMICOS

É notório que o movimento de ampliação de vagas no ensino superior abre oportunidades para estudantes oriundos de extratos socioeconômicos menos favorecidos terem acesso a esse nível de ensino. Entretanto, em muitos casos, os ingressantes no ensino

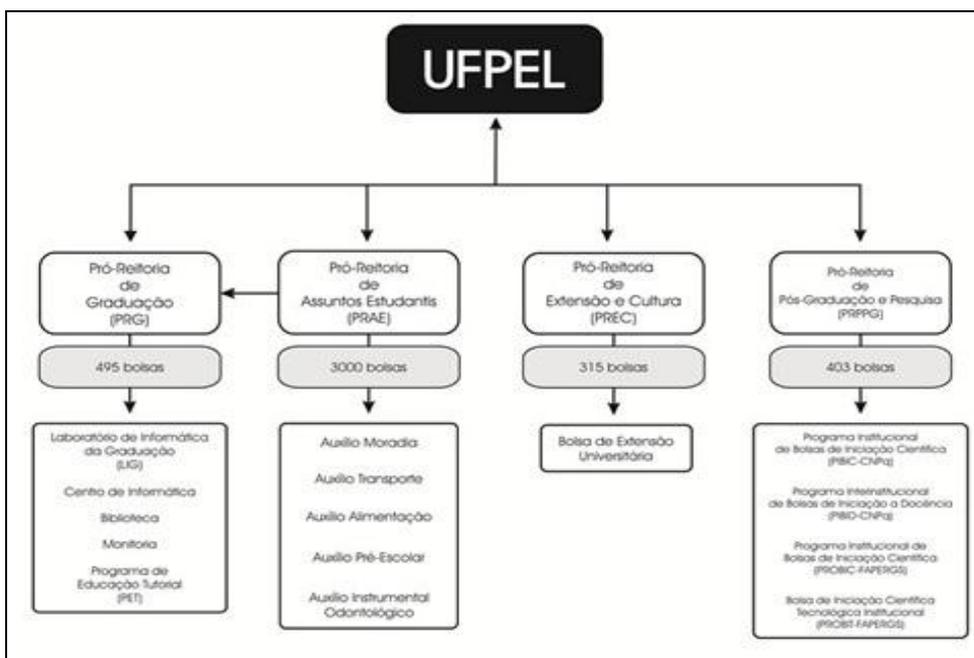
superior, oriundos das camadas de renda inferiores, sem uma educação de nível médio, adequada para obter sucesso nesta instância de ensino, sem meios de ajustar a concomitância entre trabalho e estudo, em função das exigências de carga horária curricular e turno de funcionamento do curso, entre outras variáveis, acabam excluídos do acesso ao ensino superior ou evadindo do mesmo.

Visando intervir nessa perspectiva, a UFPEL, tem procurado combater a evasão em seus cursos através da concessão de diferentes tipos de bolsas de apoio aos estudantes. Essas bolsas vinculam-se às suas Pró-Reitorias: Pró-Reitoria da Graduação (PRG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

No ano de 2012, aproximadamente 4000 alunos foram beneficiados com o programa de bolsas e no ano de 2011, segundo a Coordenaria de Pós-Graduação e Capacitação Docente da UFPEL, a instituição ofereceu em diversos setores 4500.

Conforme mostra a Fig. 1, a distribuição das bolsas dentro da UFPEL está concentrada na Pró-Reitoria da Graduação com 495 bolsas para atuação nas áreas de monitoria, centro de informática, auxílio biblioteca, laboratório de informática da Graduação (LIG) e aproximadamente 50 bolsas do Programa de Educação Tutorial – PET (UFPEL, 2011). A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), concedeu bolsas através de diferentes programas: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ambas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) e Bolsa de Iniciação Científica Tecnológica Institucional (PROBIT) ambas da FAPERGS (Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado do RS). Já a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), contou com 315 bolsistas vinculados aos projetos de extensão universitária. A UFPEL contou ainda com aproximadamente 3000 bolsas de auxílio estudantil, ligadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, distribuídas em auxílio moradia, transporte, alimentação, pré-escolar e instrumental odontológico (UFPEL, 2011).

**Figura 1** – Distribuição de bolsas na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)



**Fonte:** Ribeiro, et al., 2012.

Desse modo, através de bolsas oriundas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a UFPel busca dar assistência estudantil, depositando nesse programa um forte componente de incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade. Sendo assim, o programa de bolsas da UFPEL, atua como uma importante ferramenta de manutenção dos acadêmicos no ensino superior, além de contribuir para um maior crescimento profissional do acadêmico.

## 5 ENCAMINHAMENTOS CONCLUSIVOS

A trajetória do ensino universitário público tem como característica marcante, a garantia de privilégios, a uma reduzida parte da elite nacional, entretanto, a partir de políticas públicas de âmbito nacional recentes, o acesso aos bancos universitários ganhou mais visibilidade.

Os autores revisados ao longo do estudo possibilitam afirmar que, as políticas implementadas pelo governo federal levaram a uma ampliação das matrículas no ensino superior, crescendo a igualdade de oportunidades de acesso a esse nível de ensino. A educação superior deixa de ser um bem muito raro para as classes menos favorecidas, tornando-se porém, um bem hierarquizado e diferenciado quanto a conquista de espaços em instituições de excelência e cursos de maior prestígio social.

A diversificação ocorrida nesse nível de ensino faz com que o acadêmico, de acordo

com as suas condições socioeconômicas, ingresse em diferentes instituições e cursos.

Nesse sentido, entende-se que a educação superior precisa ser olhada como um espaço social no qual os atores sociais possuem posições específicas e tomam atitudes conforme as disposições pertinentes às suas posições, partilhando do pensamento de Bourdieu (2008) de que o espaço social é um espaço simbólico, com grupos e estilos de vida próprios.

Aliada a essa questão, emerge a evasão, por conta da falta do capital cultural, e de recursos financeiros da parcela de ingressantes no ensino superior, oriundos das camadas sociais mais baixas da população brasileira, que vivenciam a desigualdade cultural e social desde a mais tenra idade.

Ao se resgatar a essência dessas discussões, que tem como uma das referências o Reuni (Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras), contemplamos a arena da Universidade Federal de Pelotas.

A UFPel, a partir da implementação do Reuni expande o número de cursos de graduação e faz adesão ao processo de diversificação na configuração do ensino, ofertando distintos tipos de formações e cursos, atendendo diferentes clientelas.

O contexto da UFPel não se diferencia do cenário nacional, pois apesar da expansão ocorrida no ensino de graduação através do número de cursos ofertados, e das políticas de assistência estudantil implementadas, o percentual de evasão na instituição é preocupante. Na vigência do Reuni, houve um crescimento substancial no número de alunos ingressantes nos cursos presenciais da UFPel, mas o percentual de evasão em relação aos ingressantes também cresceu no período, passou de 23% no primeiro ano do programa para 36% no ano de 2010, finalizando em 33% no ano de 2012.

Os resultados encontrados sobre a evasão nos cursos da UFPel são significativos, porém não permitem configurar o processo de evasão da instituição ou do sistema de ensino superior. Para isso seria necessário um detalhamento do processo, identificando e localizando os alunos evadidos, o que demandaria por uma nova investigação.

O cenário encontrado requer muita atenção, e impõe aos gestores da instituição, desafios qualitativos e de inclusão, principalmente, no sentido de compreender as novas características que apresentam os alunos ingressantes, seu perfil, e os impactos que isso pode representar para o Plano de Desenvolvimento Institucional, e para cada projeto pedagógico dos cursos. Isto, tendo-se presente o requisito da permanência na educação superior, que quando não garantida, resulta em evasão.

Ressalta-se que os resultados encontrados no contexto investigado, sinalizam que sem dúvida a implementação de políticas focadas na oportunidades de acesso ao ensino superior

possibilitou a UFPel incluir uma parcela da sociedade que não tinha possibilidade de acesso e permanência na educação superior; porém esta foi uma condição necessária, mas não suficiente, pois a instituição ainda se depara com carência de elementos concretos para a permanência desse aluno, de forma que a sua oferta de ensino superior torne-se democrática e equitativa para todos os estudantes.

**PROGRAM REUNI:  
an approach about permanence and Evasion in UFPel**

**ABSTRACT**

The present study aims investigate, from the implementation of Reuni (Support Program for Restructuring and Expansion Plans for Federal Universities) at the Federal University of Pelotas, how takes place evasion in the context of this institution. To achieve the purpose, the study makes use of documents of national and institutional coverage and interviews with institutional representatives. Research results show that the UFPel scenario is no different from the national: there was expansion in undergraduate teaching, but the percentage of evasion in the courses are significant. It shows that the policies focused on the opportunities for access to higher education are necessary but not sufficient for students to remain in universities and for an effective democratization of access to this level of education.

**Keywords:** Higher Education. Reuni. Policies of Permanence. Evasion.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. **A Investigação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Documentos relativos à Reforma Universitária**. 2010. Disponível em: <  
[http://www.andifes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=32&Itemid=27](http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=32&Itemid=27)>. Acesso em: 12 set. 2010.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BIAZUS, Cleber A. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos Cursos de Graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no Curso de Ciências Contábeis. 2004. 190 f. tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BOGDAN, R.; BINKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 2. ed. Porto, Porto Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 10.260 de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento do Ensino Superior e dá outras providências. 2001. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/L10260compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10260compilado.htm)> Acesso em: 01 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2013.

CORBUCCI, Paulo R. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil : da Deserção do Estado ao Projeto de Reforma. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-70, out 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314214003>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília, 2011.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Censo da Educação Superior de 2009, Resumo Técnico- Brasília: Inep/MEC, 2010.

LEPPEL, K. College persistence and student attitudes toward financial success. **College Student Journal**, p. 223-238, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / MEC. **Manual de Gestão do Programa de Bolsa Permanência**. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / MEC. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003-2012**. Brasília, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / MEC / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino**

**superior públicas.** 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NEVES, C. B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **LASA2012/XXX International Congress of the Latin American Studies Association, 2012**, San Francisco, California. LASA2012, 2012.

RIBEIRO, J. A. B. et al. A distribuição de bolsas como forma de indissociação entre ensino, pesquisa e extensão e permanência na Universidade. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, año 16, n. 161, Octubre de 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd161/a-distribucion-de-bolsas-na-universidade.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

SANTOS, F. F. F. Estudo do Perfil dos Alunos Evadidos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Campus Ribeirão Preto. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação Em Administração, 25., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Relatório de gestão da UFPel 2008.** 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Jornal da UFPel.** Coordenadoria de Comunicação Social da UFPel. n. 21, ano 3, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 4 nov. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **REUNI na UFPel.** 2011. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/reuni>>. Acesso em: 23 jul. 2013.